



Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 24 DE ABRIL DE 2007

N.º 3603

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

BPR - Moisés Diniz

PP - Maria Antonia

PSB - Delorgem Campos

DEM - Nogueira Lima

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PDT - Luiz Calixto

PTN - Zé Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

LIDER DO GOVERNO - Francisco Cartaxo

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Chigo Viga, Francisco Cartaxo,
Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh
Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo
Lima.

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis.

PDT - Luiz Calixto.

PP - Maria Antonia, Elson Santiago.

PTN - Zé Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

DEM - Nogueira Lima

**23ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA****Realizada em 24 de abril de 2007****Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES****Secretaria: Deputado WALTER PRADO**

PRESENTES: Deputados CHICO VIGA, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, PERPÉTUA DE SÁ, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; ELSON SANTIAGO, MARIA ANTONIA, do **PP**; DELORGEM CAMPOS, WALTER PRADO, do **PSB**; NOGUEIRA LIMA, do **DEM**; IDALINA ONOFRE, do **PPS**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; ZÉ CARLOS, do **PTN**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**.

AUSENTES: Deputados FRANCISCO CARTAXO, MAZINHO SERAFIM, do **PT**; DONALD FERNANDES, do **PSDB**; JOSÉ LUÍS, do **PMN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiamento da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Of. 14/GC2/355, do Cel. Av Carlos Augusto Amaral Oliveira, Vice-Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronave, Ministério da Defesa, em resposta ao Ofício n. 91/GABP;

Ofício n. 009/2007, das Senhoras Siomara G. Videira e Maria de Fátima da Rocha, Presidente e 1ª Tesoureira da União Nacional de Taquígrafos, convidando o Senhor Presidente e os taquígrafos da Casa, para participar do III Congresso Eleitoral e VIII Encontro, que será realizado em Belo Horizonte/MG, nos dias 3, 4 e 5 de maio do corrente ano;

Ofício Cir. n. 005/GDP, do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FDCT, solicitando a indicação dos representantes dessa entidade na composição do corpo deliberativo do CSF, solicitou ainda a indicação de um dos dois candidatos para concorrerem a membros da Câmara Técnica Administrativa (CTA) do CSF;

Ofício Circular n. 11/Core/AC, do Senhor José Carlos Pereira Lira, Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde no Acre;

OF. N. 73/2007/1º DR, do Senhor José Aníbal Tinoco, Delegado de Polícia, solicitando que seja encaminhado o termo de rescisão de contrato de trabalho da Senhora Matilde Lopes da Silva.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)** – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, quero aproveitar e dizer que sexta-feira eu e os Deputados Walter Prado, Moisés Diniz e Mazinho Serafim estivemos em Sena Madureira, na comitiva do Governador, representando a Assembléia. Foi uma atividade muito bacana.

Quero parabenizar de público o Prefeito Nilson Areal pelo trabalho que está realizando em Sena Madureira. Foi

inaugurada uma Concha Acústica mais bonita que a de Rio Branco. Acho legal essa preocupação não só com a questão administrativa, mas, também com a arte e o lazer. Tivemos a informação que a antiga pista de pouso de Sena Madureira era um lugar de risco, agora o local ficou lindo. Houve um show belíssimo, chamado Boca de Mulher, aconselho a todos que o assistam. Foi também inaugurada uma fábrica de gelo, que beneficiará 380 pescadores. Uma barra de gelo, aqui em Rio Branco, custa R\$ 5,00, lá custa R\$ 2,00. Imagina, Perpétua, como será bom para eles, pois a mesma será gerenciada pelos próprios pescadores.

A abertura daquela estrada foi muito bom para aquela região. Foram gastos mais de dois milhões para abrir a estrada até Feijó, mas para aquela população isso era muito importante, porque irá tirar do isolamento nesse período invernos, as pessoas que ali moram. Então quero parabenizar tanto o Governador quanto o prefeito, os Deputados Moisés Diniz e Mazinho Serafim que são daquela região, agradeço pela boa acolhida.

Quero passar à Mesa Diretora, o documento assinado pelo Governador do Estado, pedindo a aprovação da PEC que beneficiará a regularização funcional de servidores em nível Federal e Estadual. Essa PEC tramita desde 99 no Congresso, na Câmara Federal e até hoje não foi realizada a votação. Aqui no Acre são onze mil servidores irregulares. São dezoito Estados com esse mesmo problema. Já passei, em mãos, para a nossa líder de bancada na Câmara Federal, Deputada Perpétua. Ela e o Deputado Petecão se interessaram em fazer essa discussão. Então essa é uma cópia do documento que foi assinado pelo Governador. (LENDO)

Isso aqui é endereçado ao Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara Federal, onde, neste momento, está reunido com todos os líderes de partidos no sentido de que a PEC seja votada. Na verdade eu queria estar lá, mas infelizmente não vai ser possível, pois a Conferência das Mulheres é amanhã. Mas fico muito feliz, pois tanto o ex-Governador Jorge Viana quanto o Governador Binho têm tido posição favorável, e por não terem permitido demitir nenhum servidor. Então, gostaria de informar a todos os Deputados que é importante tirar uma cópia do documento que mostra esse posicionamento favorável do Estado do Acre.

Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO (PSB)** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvintes no Salão do Povo, quero saudá-los com a paz de nosso Senhor Jesus Cristo. Vou fazer aqui uma referência ao aniversário do Município de Tarauacá, então gostaria, Senhor Presidente, que me concedesse mais dois minutos para poder concluir minha fala.

Tarauacá

Há 150 anos as terras de Tarauacá eram habitadas por índios das tribos Kaxinauás e Jaminauás, às margens dos rios Tarauacá e Muru. Tarauacá é nome indígena que significa “rio dos paus ou tronqueiros”.

Sua origem teve início por volta de 1890, quando um grupo de desbravadores (José Marques de Albuquerque, João Marques de Albuquerque, Antônio Patrônio de Albuquerque, Joaquim Gonçalves de Freitas, Manoel Pereira Cidade, Sabino Francisco do Rego, Severiano de Freitas Ramos, Francisco Queiroz do Rego, João Lopes Ibiapina, Joaquim Teixeira de Souza, Alexandre Teixeira de Souza, Antônio Ferreira Lima, Manoel Paixão Albuquerque, Ernesto Nunes Serra e Francisco Caetano de Oliveira), penetraram nos rios Muru e Tarauacá,

visando formar seringais.

Em 1899, fundaram o porto “Foz do Muru”, na confluência destes rios como pontos de partida para novas explorações. Em 1904, Tarauacá já figurava no Departamento do Alto Juruá. Em 1907 o porto Foz do Muru, passou à categoria de vila, com o nome de “Seabra”, em homenagem ao Ministro da Justiça na época, J. J. Seabra.

Em 1912, pelo Decreto 9.831, Seabra foi desmembrada do Departamento de Tarauacá, que se instalou no dia 19 de abril de 1913. O mesmo Decreto criou o Município de Tarauacá, instalado no dia 24 de abril de 1913, fazendo parte do Departamento de Tarauacá, que por sua vez fazia parte da cidade de Seabra.

No dia 19 de outubro de 1920, foi extinto o Departamento de Tarauacá, permanecendo o município com o mesmo nome. E, em 1943 através do Decreto 6. 163, a cidade de Seabra passou a se denominar Tarauacá.

Com a área de 22.099 km², ao Norte, fazendo limite com o Estado do Amazonas; ao Sul, com a República do Peru; a Leste, com o município acreano de Feijó e a Oeste, com o município, também acreano, de Cruzeiro do Sul.

Entretanto, suas comemorações são três: 24 de abril (aniversário do município), 4 de outubro (procissão de São Francisco das Chagas) e 10 de maio (comemoração do padroeiro da cidade, São José).

Hoje, Tarauacá caminha a passos largos para o futuro, tornando-se um município moderno e detentor de altas potencialidades, para o seu crescimento e desenvolvimento.

O momento é simbólico e o Governador Binho Marques está determinado a interligar definitivamente a cidade de Cruzeiro do Sul a Capital, através da BR-364. Na qualidade de Deputado Estadual, quero unir a minha voz a todos aqueles que lutam e confiam na conclusão de tão importante obra.

“O Acre só será totalmente feliz quando todos os seus Municípios estiverem ligados.

Este é um sonho que em breve tornaremos realidade”.

Deputado Walter Prado
PSB

A base da economia de Tarauacá é a agropecuária. E nesse aniversário de 94 anos, recebemos uma notícia muito boa, Deputada Naluh Gouveia. Há poucos dias, em Sena Madureira, vimos a determinação administrativa do Governador Binho Marques de recomeçar os trabalhos de abertura da estrada nesse período de verão, que o fez no tempo certo, de forma econômica, visando os próprios equipamentos que estão à disposição do Estado, Deputado Luiz Calixto, que são do Deracre. Inclusive, essa medida, com certeza, vai trazer uma redução na economia do Estado, porque essa obra vai ser realizada com um custo muito menor do que contratando empresas particulares.

Companheiro Edvaldo Magalhães, Presidente desta Casa, nesta oportunidade que Tarauacá comemora 94 anos, gostaria de ter participado dessa festa, mas infelizmente não sei por qual motivo, não fomos convidados. Não sei se o Deputado Luiz Calixto foi para o aniversário daquele município. Inclusive, não chegou em minhas mãos nenhum convite.

Quero dizer que Tarauacá é uma cidade que tem um povo trabalhador, que luta, tem consciência política e que já mandou vários filhos para esta Casa, inclusive um Governador de Estado, o ex-Governador Nabor Júnior. Temos ainda alguns Deputados que se elegeram com a ajuda dos votos daquele município. São os Deputados Taumaturgo Lima e Mazinho Serafim. Têm também aqueles Deputados que nasceram e se criaram lá, Deputados Luiz Calixto e Moisés Diniz. Portanto, eu

quero parabenizar a população de Tarauacá, o Prefeito Vando e dizer que estaremos sempre à disposição das causas justas, principalmente, as que favorecem o povo mais pobre daquele município.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Governo do Estado pelos serviços de abertura da BR-364, que já cruzaram o Rio Caeté e estão em direção ao Rio Purus. E os serviços estão avançando muito bem e logo todo nosso Estado estará interligado.

Vou apresentar aqui uma indicação ao Coordenador do Programa Luz Para Todos:

“Ao

Senhor Tácio de Brito

Coordenador do Programa Luz Para Todos
Rio Branco-Acre

Senhor Coordenador:

Nós, moradores da comunidade Bom Jesus, Porto Alegre e Ramal do Abelhal – gleba Mário Lobão, vimos, através deste, solicitar de Vossa Senhoria o empenho no sentido de viabilizar a extensão da rede elétrica do Programa Luz Para Todos que ora encontra-se a 08 quilômetros da nossa comunidade. Considerando que dispomos de uma infra-estrutura montada pelo Governo do Estado, em parceria com o Município de Sena Madureira, composta da seguinte forma: 01 posto de saúde, 02 escolas municipais, 01 escola estadual, 01 casa de farinha modelo; fato este que justifica a importância da necessidade de instalação da rede de energia elétrica para todos nós.

A nossa Associação (Porto Alegre) congrega mais de 48 sócios distribuídos em 34 moradias. Estamos dispostos a ajudar em tudo que for necessário.

Solicitamos ainda, que qualquer resposta seja repassada para a SEATER em Sena Madureira – fone 3612-2280. Falar com a Senhora Maria Lúcia do Vale.

Desde já agradecemos a atenção de Vossa Senhoria e parabenizamos o Governo do Estado pelo processo de inclusão social ora implementado, aguardamos com ansiedade sermos contemplados através do mesmo.

Atenciosamente,

Edvaldo Paulino e Souza

Presidente da Associação Agrícola Porto Alegre – Rio Iaco”.

A associação Porto Alegre dispõe de um total de 34 sócios. E além desta existe também outras comunidades como a Bom Jesus e o ramal do Abelhal. Então, este é o conteúdo desta Indicação, para que o Coordenador do Programa Luz para Todos, Tácio de Brito, possa atender o anseio dessas comunidades. Além disso, gostaria de propor também uma Audiência Pública em Sena Madureira, justamente com o coordenador desse programa; pois a necessidade dessa Audiência Pública se deu a pedido da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, ao qual eu sou Presidente, juntamente com o Zé Carlos, que é o vice-presidente. Então, nós estamos propondo que essa audiência aconteça na próxima semana, em Sena Madureira, para atender os anseios das comunidades do Vale do Purus, que são: Manoel Urbano, Santa Rosa e Sena Madureira.

A expectativa dos moradores dos ramais e dos

ribeirinhos, Senhor Presidente, para que este programa chegue até eles é grande. Inclusive, fui muito procurado esta semana, lá em Sena Madureira, pelas comunidades ribeirinhas, parceiros e presidentes de associações, porque os fiscais do Programa Luz Para Todos, quando atendem as comunidades mais próximas, eles pedem aos presidentes de associações para agilizarem esse atendimento, porque depois que terminar aquela etapa de serviço naquele ramal, eles não voltam mais, vão para o ramal x ou y. Então, esta questão está deixando os moradores daquelas comunidades rurais muito preocupados. É por isso que eu estou propondo essa Audiência Pública no Vale do Purus, onde estamos presentes os representantes do Incra, Vereadores de Sena Madureira, que também são ligados àquela área. Como também o coordenador do Programa Luz Para Todos, Senhor Tácio de Brito, para que ele ajude a resolver os problemas do Vale do Purus. Que esta Casa aprecie e vote esta Indicação.

As comunidades que precisam ser atendida são: Bom Jesus, Porto Alegre, Ramal do Abelhal e Beira do Rio. São mais de cento e cinquenta famílias que usam a luz de lamparina e de vela e esse programa poderá muito bem beneficiar essas comunidades.

Eu estive em Sena Madureira participando das inaugurações, como bem falou aqui a nobre colega Deputada Naluh Gouveia. Esteve presente o governador Binho Marques que vem fazendo com que a esperança do povo acreano se renove a cada dia. Então, esses acontecimentos vêm fazendo com que a credibilidade do povo para com o governo cresça cada vez mais. Inclusive estive conversando com vários moradores neste final de semana e eles colocavam que agora vai acontecer; e um dos pontos importantes que aquela comunidade quer é a reconstrução da ponte que liga o Rio Caeté. O Marcos Alexandre nos colocou que ainda este ano esta obra estará pronta, então, aquelas comunidades do Ramal 16, 20 e o 42, onde existem mais de mil famílias que serão atendidas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, pessoas que se encontram no Salão do Povo, ouvi atentamente o pronunciamento da Deputada Naluh Gouveia quando se referiu a PEC que regulariza a situação funcional dos servidores públicos estaduais. Eu estive em Brasília, onde participei de uma reunião com o Presidente da Câmara, vários Deputados Federais acreanos e grandes lideranças. Se não me engano, tinha dezessete Estados representados e ali foi assegurado que esse Projeto entraria em pauta para votação. Essa luta é muito importante.

Assisti ao pronunciamento do Governador, quando ele disse que o montante de recursos que vem para o Acre é de dois bilhões de reais. É muito dinheiro e estamos torcendo para que seja bem aproveitado, bem direcionado.

Quero dizer também que o Governador perdeu a oportunidade de dar, no início de seu governo, um incentivo à população rural, que ao longo de oito anos foi discriminada. Inclusive, eu tenho recebido muitos produtores rurais em minha casa, dizendo que eles não têm um incentivo de sequer um quilo da semente de feijão. Eu não estou dizendo que o Governador não vai dar um incentivo, mas quero dizer que S. Exa. está perdendo o prazo para o plantio. O governo tinha que ter atentado para proporcionar essa ajuda aos produtores rurais, porque eles são pobres. Em vários Estados tem uma boa colheita, porque os produtores tiveram incentivos, tiveram ajuda. E nós estamos vendo que a nossa agricultura, os nossos ramais estão todos abandonados. Então, precisamos, de início, desses insumos, para que os produtores possam fazer seus plantios.

Peço ao Deputado Taumaturgo Lima, Líder do PT, que leve essa mensagem de reivindicação ao Governador, para que ainda este ano seja feita alguma coisa pelos nossos produtores. Muitos podem pensar que esse assunto não tem importância, mas para aquele companheiro que não tem, muitas vezes, sequer um real para comprar um quilo de feijão para o plantio, esse incentivo é muito importante. O incentivo à produção é muito bom para o desenvolvimento de um Estado. Então, quero, se possível, que o Deputado Taumaturgo Lima leve essa mensagem ao Governo do Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, minhas simpáticas Deputadas, meus ilustres Deputados, eu também me somo às homenagens que estão sendo feitas, hoje, ao meu município. Penitenciando-me de não poder ter ido a Tarauacá, exatamente pelos trabalhos que nós temos, hoje, na Assembléia. Mas aniversário de cidade é sempre uma boa oportunidade, Deputado Moisés Diniz, para aqueles Deputados que vão apenas no período das eleições, compareceram as festividades. Eu, V. Exa, Deputado Edvaldo Magalhães, Deputado Walter Prado, que já somos figuras carimbadas em Tarauacá, uma vez que faltarmos a essa comemoração, não haverá problemas.

Senhor Presidente, não tenho razões para duvidar das boas intenções do Governador do meu Estado. E tem algumas formas de poder ajudá-lo: uma delas é votando a favor dos seus Projetos, coisa que nós da Oposição sempre fazemos aqui, questionando, propondo modificações, mas regra geral, sempre votamos a favor dos projetos que o Governo diz serem necessários para a implementação das suas ações. A outra forma de ajudar, meus amigos Deputados e Deputadas, jornalista, pessoas que nos assistem é fechando os olhos para as irregularidades, é caindo no discurso fácil do elogio, da bajulação.

No dia que o Secretário de Saúde compareceu a esta assembleia, eu apresentei a ele cópias de apenas uma compra, onde qualquer uma outra pessoa compraria por quase 100 mil reais mais barato. E a obrigação dos gestores públicos, Deputada Perpétua de Sá, é comprar mais barato, fazer com que os recursos do povo sejam mais aproveitados. Ele ficou de tomar providências, mas, hoje, Senhores Deputados e Deputadas, eu queria aqui dar mais uma contribuição ao Professor Arnóbio Marques. Ele que fala tanto de economia, em racionalização, em escassez de recursos, tem que voltar seus olhos para repartições, porque é lá que acontecem os desvios, as maracutais.

Deputado Chagas Romão, em apenas 4 compras de marmitex, o Estado foi lesado, assaltado em 165 mil reais. Vejam os exemplos: lá em Tarauacá, Deputado Moisés Diniz, o Deracre comprou 9 mil marmitex por R\$ 34.380,00, uma unidade sai ao preço de R\$ 4,15. Lá em Feijó o Deracre comprou os mesmos mil marmitex, por R\$ 34.000,00. Vamos considerar que são municípios idênticos, com os mesmos problemas, com os mesmos custos de vida. Lá em Cruzeiro do Sul, Deputada Idalina, o Deracre comprou o marmitex, por R\$ 6,80. Só aí, já se vão 45 mil reais de superfaturamento. Se eu pegar o preço que foi pago em Tarauacá, onde o arroz e o feijão são mais caro do que em Rio Branco, a Prefeitura comprou um marmitex por R\$ 4,95, ou seja, R\$ 0,80 a mais.

Nesta brincadeira Deputado Chagas Romão, há um superfaturamento, se eu comparar o maior preço com o menor, de R\$ 165.000,00. Dinheiro que daria para atender, senão quinze mil crianças, mas duas mil. Isso é um roubo. Este Estado está se deteriorando. Isso é corrupção e eu quero ajudar o Governador Binho.

Vou pedir o auxílio da bancada governista, para que

S. Exa. me conceda uma audiência a fim de que eu apresente esses números. E posso dizer: Governador, não se deixe levar pelo discurso da bajulação, do elogio falso.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Para colaborar com a sua fala, este Presidente, se dispõe a agendar uma audiência entre V. Exa. e o Governador.

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, as coisas não param por aí, completei 44 anos no dia quatro de março, meu dileto amigo Luiz Carlos, conheço Rio Branco muito bem e por conta da vida política, fico dividido entre Tarauacá e Rio Branco. Não conheço muito os outros municípios. Daí, Deputado Walter Prado, esse assunto talvez lhe interesse.

Eu não tenho conhecimento de que carros do Departamento Penitenciário estejam fazendo ronda ou policiamento ostensivo. Os veículos da Penitenciária são usados para levar os presos aos hospitais e às audiências. A penitenciária não utiliza veículos em grande demanda, tampouco combustível. Mas é natural que a Polícia Civil e a Polícia Militar tenham um consumo elevado.

Quero dizer, Deputados, que vou pedir ao Governador Arnóbio Marques, que ele me explique onde estão sendo gastos 108 mil litros de combustível por ano, ou seja, dez mil litros por mês. Uma quantidade que talvez, os Policiais Cíveis e Militares, que fazem o policiamento ostensivo, as buscas, os translados dos presos, não gastem.

Por conta disso, vou pedir uma audiência com o Governador, a fim de mostrar-lhe a contribuição que posso dar, porque é inadmissível, Senhores Deputados, que o Departamento Penitenciário tenha um consumo de combustível maior que o da Polícia Civil. Vejo a lamentação da Diretora de Polícia Civil, dizendo que não pode atender todas as ocorrências porque falta combustível e estrutura. Senhor Presidente, quero lhe pedir que me ajude, no sentido de conseguir, o mais rápido possível, uma Audiência com o Senhor Governador do Estado. E como V. Exa. já se prontificou, quero pedir que tenhamos uma Audiência Pública, aos olhos da Imprensa, com a presença dos Deputados para mostrar esses detalhes que estão afundando o Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, eu quero cumprimentar a Imprensa e a minha amiga Tuty lá da nossa terra, Senhor Presidente, do Vale do Juruá.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Deputado Chagas Romão pela sua luta e dedicação em prol da população da zona rural. E quando o Deputado Chagas Romão vem aqui e faz algumas críticas, ele as faz com muita propriedade. Então, a cada dia eu o admiro mais. Só que eu quero informá-lo que o projeto de estruturação do Governador Binho Marques contemplou muito bem a zona rural e V. Exa. terá oportunidade de conhecer esse projeto, depois que ele estiver pronto.

Quanto aos ramais, o Governo já está se estruturando para, no início do verão, começar os trabalhos de recuperação dos mesmos, pois nesses quatro anos da gestão do Governador Binho Marques, ele quer recuperar e ampliar todos os ramais do Estado do Acre. E mais, o Governador tem um projeto que

nunca existiu na história do Acre, em relação à zona rural, Deputada Antonia Sales, que é a habitação para o homem do campo e para os ribeirinhos, porque os programas de habitação da Caixa Econômica não contemplam os moradores da zona rural. Esse projeto é uma continuação do trabalho iniciado nos oito anos da administração do ex-Governador Jorge Viana, o qual gerou as condições necessárias para que o Governador Binho Marques pudesse continuar esse trabalho de uma forma tranqüila e com maiores investimentos.

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB – EM APARTE) – Primeiramente, eu quero agradecer a concessão do aparte e dizer-lhe que todos os acreanos ficaram esperançosos com o plano que o Governo tornou público. Agora, o que eu disse é que ele perdeu uma oportunidade de neste momento já está com as sementes, porque se não passa o tempo do agricultor plantar; mas eu não estou dizendo que o projeto do governo não é bom. Obrigado.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Eu incorporo o aparte do Deputado Chagas Romão ao meu pronunciamento e digo-lhe que a zona rural vai ser contemplada; inclusive, com as sementes. Esse é um desejo do Governador Binho e do Secretário Nilton Cosson, que hoje está na Seprof.

Eu quero aqui me referir à fala do Deputado Luiz Calixto que disse querer ser a menina dos olhos do Governador Binho Marques. Deputado, eu acho que o Senhor deveria usar um óculos, porque se o Governador Binho Marques for visto com esse seu olhar; ele não vai fazer um bom governo, já que V. Exa. não consegue ver o desenvolvimento e o crescimento que o Acre teve durante os oito anos do ex-Governador Jorge Viana. E V. Exa. fala que foi um atraso, mas foi esse governo que levantou a auto-estima do povo acreano e resgatou a credibilidade política e administrativa que o Acre não tinha. V. Exa. sabe muito bem disso.

V. Exa. chega aqui com a sua verdade acima do bem e do mal, querendo comparar o preço de uma licitação feita hoje, com outro de uma feita há vários dias. V. Exa. sabe muito bem que hoje existe transparência na CPL, onde as licitações são feitas através de pregão. E na época que o Senhor esteve na base do Governo, V. Exa. veio aqui, no dia 28 de setembro de 2000, e defendeu as licitações, dizendo que eram feitas com transparências. E agora mais ainda, porque são feitas através de pregão. E V. Exa. sabe que num pregão são dados lances e na mesma hora são realizadas as licitações. E jamais se praticou os mesmos preços, porque é um leilão. V. Exa. sabe muito bem disso. Portanto, a sua fala não vem para nos ajudar e sim para fazer uma denúncia que não é verdadeira.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) - Deputado Taumaturgo, na última Sessão, eu tive que sair, mas fui informado e depois li o seu discurso, no qual o Senhor falou que antes eu defendia e agora faço Oposição. Em relação a esse tópico, eu quero encerrar essa discussão dizendo que, quando defendia o PT, eu o considerava, assim como o povo brasileiro, um instrumento de mudança, um partido que veio para resgatar a ética; agora, eu estou fazendo oposição, porque eu, o Procurador Geral da República e o povo brasileiro consideramos o PT uma organização criminosa. Portanto, são dois momentos diferentes. Outra coisa, Deputado Taumaturgo, eu sei que V. Exa. é líder do partido, mas V. Exa. não tem a obrigação e nem pode fazer defesa daquilo que é indefensável. Eu vou tentar, em rápidas palavras, explicar a V. Exa. o que é um pregão. O pregão é um leilão ao contrário. No leilão, os arrematadores vão cobrindo os lances, por isso o poder de

decisão está nas mãos de quem está oferecendo os lances e no pregão é exatamente ao contrário, pois o poder de decisão está nas mãos do pregoeiro. Se ele tem uma licitação comprovadamente mais barata, ele é obrigado a puxar os preços para baixo. Portanto, Deputado Taumaturgo, o fato de V. Exa. ser líder do PT não lhe dar o direito de dizer que eu estou acima do bem e do mal. E eu não estou. Eu estou trabalhando com elementos oferecidos pelo seu próprio Governo. E nenhum desses documentos são falsificados. Todos estes documentos foram oferecidos pelo seu governo que não sabe administrar quando se trata de comprar produtos a preços baixos por meio de licitação. E assim, de preço em preço, vai destruindo este Estado. Em relação o desenvolvimento, Deputado Taumaturgo, dia desses eu assisti a uma matéria que foi divulgada em todos os telejornais, sobre empresários que viviam bajulando o Governo. Eu ouvi o Assuero da Associação Comercial dizer: “estamos quebrados”. Ele disse que o movimento no comércio caiu e que a economia não está dinâmica como precisa ser. V. Exa. não assistiu isso? Então, eu acho que V. Exa. precisa se inteirar mais sobre este Estado; porque eu vi o Adem Araújo e o Rubenir Guerra reclamando: “Olha, o Estado está quebrado; nós estamos desempregando”. Então, onde está esse desenvolvimento? Veja os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Eu incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto ao meu pronunciamento, mesmo discordando das suas colocações. O que V. Exa. fala não tem fundamento, pois em 1999, quando a Frente Popular assumiu o Governo existia apenas um supermercado Araújo. E hoje, quantos supermercados têm? O Senhor Rubenir Guerra tinha uma loja, e hoje, ele tem três lojas. Isso para um economista como V. Exa. não é crescimento, Deputado Luiz Calixto? Então as suas informações não são verdadeiras.

V. Exa. fez uma comparação do pregão e conseguiu modificar a legislação, dizendo que o pregoeiro está lá para conduzir o pregão, mas quem dita o preço é quem dar o lance. E ganha quem der o menor preço. Portanto, mais uma vez V. Exa. assassina a legislação com o seu discurso.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM – EM APARTE) - Deputado Taumaturgo, já na última Sessão que tivemos aqui, o Senhor levantou esse problema da licitação e do pregão. Eu não sou economista; sou formado em Administração, mas vendo pelo princípio do crime organizado, toda licitação é legal. Agora, vamos ver se os preços da licitação estão de acordo com os praticados pelo comércio. E o que o Deputado Luiz Calixto falou sobre os problemas da Saúde e do uso demorado de gasolina lá na Penal é verdadeiro. Quanto ao preço da carne, eu quero dizer que no supermercado, eu compro o quilo da carne com osso a R\$ 1,20 e a de primeira a R\$ 1,90.

Então, eu até defendo o Governador Binho, porque eu acho que ele não está sabendo disso. Agora quem fez a licitação não procurou saber o preço de mercado e colocou o preço que queria ou que acharia que era o preço de mercado. Esse é o problema, Deputado. Eu estou aqui para representar o povo sofrido do nosso Estado. E assim como o Deputado Chagas Romão vem aqui e reivindica benefícios para a agricultura, eu também reivindico para as áreas de Segurança e Saúde. É isso que temos que fazer e não ficar defendendo aqui o indefensável como V. Exa. faz. Eu ainda não vi o Deputado Luiz Calixto ou qualquer outro Deputado da Oposição virem aqui fazer uma denúncia vazia. O que eu acho é que a Oposição está prestando um serviço excelente neste Estado, ajudando o

Governador Binho que pegou um pepino grande para resolver. E tomara que ele resolva.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT) – Deputado Nogueira Lima, eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e mesmo discordando de suas colocações, eu reconheço que a Oposição está aqui para fazer suas críticas, colocar suas posições, seu pensamento e sua ideologia. Agora V. Exa. acaba de confirmar que lá na CPL quem dita os preços é o pregoeiro. Deputado, o pregão é aberto para V. Exa. ir lá e participar na hora que quiser. É uma sala aberta, onde todos podem participar. E falando assim, V. Exa. se associa ao Deputado Luiz Calixto em querer assassinar e acabar com a Lei 8.666, a qual determina e dita as normas de licitação. Em um pregão nunca podem ser praticados os mesmos preços, porque os lances são ofertados, para que cada um possa ganhar a licitação com o menor preço.

Quanto a dizer que o Governo do PT é ladrão, como o Deputado Luiz Calixto coloca, é muita injustiça, porque foi o PT, juntamente com os outros partidos, quem contribuiu para que hoje exista a democracia. Foi o Partido dos Trabalhadores que colocou o Acre na posição em que está e que levou a presença do Estado a todos os municípios acreanos e às comunidades.

Na política, o respeito e a ética são muito importantes. O PT, assim como os outros partidos, tem defeitos; mas ele é importante pela contribuição que deu e vai continuar dando para o Brasil e para o Acre. Portanto, ele não vai ser arruinado por uma denúncia que não tem fundamento legal.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero apresentar dois requerimentos e um deles se refere a uma Moção de Protesto ao Supremo Tribunal Federal, que na Operação Furação, prendeu vinte e cinco criminosos e no sábado, o Ministro César Peloso, soltou quatro bacanas, três Desembargadores e um Procurador. Então, eu não vou fazer discurso, porque todos conhecem a minha opinião. Se continuarmos com dois tipos de Justiça, uma para os ricos, com venda nos olhos e outra para os pobres. Não considero que o Brasil seja um país democrático onde a Justiça esteja funcionando. Portanto, o movimento social no Brasil está protestando, fazendo abaixo-assinado, contra essa imoralidade, com que são tratadas as cidades, usa-se peso diferentes. Portanto, estamos apresentando uma Moção de Protesto pela proteção aos bacanas, aos ladrões, aos criminosos de colarinho branco.

O outro requerimento trata de um convite à Defensoria Pública para vir a este Poder debater, juntamente com os 24 Deputados Estaduais questão relacionada à defesa de Militares envolvidos em casos de violência.

Eu que vim do movimento social tenho posição firmada contra a violência policial, muitas vezes cometidas de forma truculenta contra o cidadão. Tenho conversado sobre isso com todos os Deputados e, hoje, temos uma situação que é insustentável. No Acre, cerca de quatrocentas reclamações são feitas, por mês, contra policiais militares, que estão em serviço. Não é o policial que está em um bar ou em um campo de futebol, é o policial fardado, que está em serviço. São reclamações que tramitam no Ministério Público e no Juizado de Pequenas Causas. Nós não estamos defendendo que o Estado do Acre apóie o policial que comete crimes contra a vida, crimes hediondos. Estamos querendo que, através da Defensoria Pública, os policiais que estão, no dia-a-dia, na sua atividade laborativa, tenham direito à defesa.

Hoje, temos aqui o Deputado Walter Prado que é

Delegado de Polícia Civil e o Deputado Nogueira Lima que é Major da Polícia Militar, portanto, quero pedir-lhes apoio para realização deste debate nesta Casa.

Um policial que ganha mil e quinhentos reais, não tem condições de pagar uma causa, que custa três mil reais. São centenas de policiais que estão nessa situação. Então, através da Comissão de Segurança Pública, com o meu apoio e dos dois Deputados ligados à área me coloco à disposição, para fazermos uma discussão neste Poder, a fim de tratarmos dessa questão, pois não admito que, todo mês, haja registro de que quatrocentos policiais espancam a população. Deve haver algo errado, dos setores marginais, com a nossa polícia. Precisamos abrir esse debate para ouvirmos vários policiais, porque esse é um problema que precisa ser discutido.

Deputado **WALTER PRADO** (PSB – EM APARTE) – Quero dizer que V. Exa. traz a esta Casa, um assunto de grande importância, tanto para as instituições policiais quanto para a população. Quero sugerir que nós, não apenas os Deputados ligados à Segurança, mas também os que estejam com boa vontade, que formalizemos um encontro, com as chefias dos policiais e o próprio Ministério Público. Porque fiquei alarmado com o registro de 400 ações pessoais. Muitas vezes são representações sem nenhum fundamento, mas o policial para se defender precisa de um advogado. Acho que V. Exa. tem razão, é um assunto de grande repercussão. Coloco-me à disposição para fazermos previamente esses encontros com os policiais Militares e Cíveis, o Secretário de Segurança e o Ministério Público, e que, a partir daí, a Assembléia Legislativa tome uma posição a respeito do Assunto.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PFL – EM APARTE) – Deputado Moisés Diniz, obrigado pelo aparte. Primeiro quero me juntar a V. Exa. quanto ao seu requerimento. Pedi ao Valderi que tirasse uma cópia para mim, porque achei interessante, desde o pronunciamento do Ministro da Justiça; Tarso Genro, o qual concordou que a soltura é um ato de democracia, e o direito de ir e vir são diferentes.

Concordo com V. Exa. plenamente, porque se nós não começarmos a combater a corrupção, onde ela está arraigada, não vale a pena punir somente os pequeninos. Hoje, já ouvi vários depoimentos de Senadores, Deputados Federais e companheiros que administram a Saúde e a Educação, dizendo que o dinheiro roubado é maior do que é destinado à população. Então, eu assino o seu requerimento e proponho a V. Exa. que faça uma reunião com a Comissão de Segurança.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do BPR) – Apesar de V. Exa. não ter tido tempo de expressar sua idéia, compreendi que V. Exa. está propondo a realização de uma Audiência Pública com os membros da Comissão de Segurança deste Poder e as Instituições ligadas ao setor de Segurança a fim de encontrar um modo do Estado defender seus policiais na Justiça. Naturalmente, que o Juiz é quem dirá se o policial tem razão ou não. O que não é correto é essa quantidade de policiais pagarem advogados para defendê-los na Justiça por problemas que eles tiveram no exercício da função. Portanto, o objetivo do debate é ouvir a população e os setores que compreendem essa área, especialmente os nobres Deputados Nogueira Lima e Walter Prado.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Nobres Deputados e Deputadas, pessoas que se encontram no Salão do Povo, sejam bem-vindos. Bom dia aos

membros da Imprensa. Senhor Presidente, trago um tema que está dando dor de cabeça ao povo do Vale do Juruá. Refiro-me a finalidade ou a função do Hospital Geral de Cruzeiro do Sul, que já tem mais de 40 anos da sua fundação. Aquela obra é a cara do Vale do Juruá e a população tem um carinho especial por aquele símbolo de Cruzeiro do Sul, que atende a muitos municípios, inclusive do Amazonas, como Ipixuna e Guajará.

A população teve notícias, as quais tive conhecimento também, de que numa reunião dos Secretários e Senadores, ficou decidido que o hospital ia ser demolido. A preocupação do povo e dos próprios enfermeiros, já que a população tem um grande carinho por esse hospital, é que até hoje, apesar de termos aproximadamente, duzentos mil habitantes, nós não possuímos um hospital materno-Infantil. Então, a população quer que seja feita uma reforma e a instituição seja transformada num hospital materno-infantil. Justamente para atender os bebês prematuros.

Eu aqui vou apresentar uma Indicação e peço o apoio dos Deputados, principalmente do Bloco do Juruá e também aos Deputados Federais, para que acolham esse pedido. Cruzeiro do Sul merece um hospital materno-infantil. As mulheres precisamente ter um cantinho, Deputado Taumaturgo, para ganhar os seus bebês. Nós queremos um lugar particular. Até porque, Senhor Presidente, Deputada Idalina, mulheres que vêm de Marechal Thaumaturgo, de Porto Walter, de Rodrigues Alves, do Projeto Santa Luzia, do Miritizal, quando vão dar a luz, vão diretamente para esse hospital e muitas vão a pé, porque não têm condições de pagar um táxi.

O hospital novo, Deputado Taumaturgo, fica longe. Para vocês terem uma idéia, eu perguntei quanto um taxista cobrava para levar um doente e ele disse que uma corrida ficava em torno de R\$ 40,00. Uma pessoa da zona rural não tem condição de pagar esse valor. Muitas, eu acho, ganham seus bebês no próprio posto, nas canoas, ou em suas casas.

Então, vou apresentar essa indicação e quero contar com o apoio de V. Exa. Conto com o apoio do Líder do PT, Deputado Taumaturgo, para concretizarmos essa reivindicação, que é justa.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (Líder do PT – EM APARTE) – Obrigado, Deputada, por me conceder o aparte. Quero lhe informar que o hospital não vai ser demolido e o pensamento do Governo é justamente construir uma maternidade.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) - Se essa informação for verdadeira, eu acho ótimo, porque quem me falou foi alguém que está trabalhando dentro do hospital. Contudo vou apresentar a minha indicação e quero o apoio de V. Exas.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Gostaria também de fazer referência a sua fala e devido minhas raízes ser do Juruá, tenho interesse no assunto. Eu liguei para o Secretário-adjunto, Sérgio Roberto, e perguntei qual era a intenção do Governo em relação ao antigo hospital, como V. Exa. se referiu. Ele disse que a intenção da equipe é justamente transformar o hospital numa unidade materno-infantil. Portanto, o seu desejo está de acordo com o nosso e o da Secretaria de Saúde. Mas, os documentos precisam ser apresentados, para oficializarmos a nossa posição.

Deputada **MARIA ANTONIA** (Líder do PP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu creio, Deputada Antonia Sales, que o Secretário de Saúde vai criar essa maternidade no Juruá, pois a população daquela região já está muito grande e as mulheres de lá, precisam dessa maternidade.

Aqui, eu quero fazer um agradecimento ao Governo do Estado, à Coordenadora do programa Saúde Itinerante e ao Senador Tião Viana pelo empenho que tem tido com a saúde das pessoas do nosso Estado, e também ao nosso vice-Governador, César Messias, que é lá do Juruá. Quero agradecer-lhes pelo bom atendimento que fizeram em Rodrigues Alves, através do Programa Saúde Itinerante. Nessa ocasião dezoito médicos consultaram muitas pessoas da zona urbana daquele município, dos ramais, dos seringais e de municípios próximos dali. E todas receberam medicamentos. Foram realizados 79 atendimentos sociais. Então o povo daquele município ficou muito feliz.

Portanto, eu agradeço ao Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde por este grande feito na minha querida cidade de Rodrigues Alves.

Obrigada!

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas que estão presentes no Salão do Povo para assistir aos trabalhos da Sessão de hoje, usaremos a tribuna, em virtude de uma preocupação que é pertinente a todos os vinte e quatro Deputados.

No dia vinte do corrente mês, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eptaciolândia, através de sua Presidenta a Senhora Delma Dias Pereira, nos convidou para participar de uma Assembléia Geral daquele Sindicato, no sentido de encontrarmos soluções para as multas que foram arbitradas pelo IBAMA e pelo INCRA. Presenciamos isso juntamente com o Deputado Moisés Diniz que, nesta Casa, preside a Comissão de Reforma Agrária e Meio Ambiente. Convidamos o colega Deputado para juntos encontrarmos uma solução, mas infelizmente, das dez autoridades convidadas, as principais não compareceram, porque o assunto a ser abordado estaria relacionado à produção agrícola, às pessoas humildes que moram no campo e que já são vítimas de uma série de dificuldades, inclusive da falta de um mercado para vender seus produtos.

Vou citar como exemplo, uma Senhora pobre que estava lá e que, como se diz no jargão popular, não tem onde cair morta, porque vivo se cai em qualquer lugar. Essa Senhora está com seus bens, ou quase nada, penhorados, pela Justiça. Ela foi multada em quarenta mil reais.

O que nos deixa indignados é que não estão na cadeia os grandes latifundiários, os “colarinhos brancos” e os que podem dar o jeitinho brasileiro. Infelizmente, o Sistema Forense, a nossa Justiça, o Sistema Penal e Judiciário é muito falho, muito antigo. No Brasil não se culpa o Magistrado que apenas defere aos olhos da Lei. Infelizmente, vamos ser remetidos aos Parlamentares em Brasília, que têm demorado a fazer uma reforma no nosso sistema Judiciário, prisional. Enfim, ao Código de Processo Penal.

Ali em Eptaciolândia, as principais autoridades convidadas não compareceram: o Meritíssimo Juiz de Direito, o representante do Ministério Público, o Superintendente e representante do IBAMA e o representante do IMAC, que poderiam nos ajudar a encontrar a solução. Não estamos fazendo populismo, mas a impressão que se tem é que o Estado faz pouco caso das pessoas humildes. Conhecendo muito bem a pretensão, a índole, a vontade do Governador Arnóbio Marques, temos certeza de que ele não está sabendo disso.

Portanto, estamos solicitando à Mesa Diretora que no próximo dia dois de maio, através da Comissão de Reforma Agrária e Meio ambiente, convide essas autoridades de forma cortes e humildemente, a virem aqui cumprir o seu papel de gestores públicos, para tentarmos juntos, encontrar uma solução.

A Lei é Lei, ninguém pode ignorá-la, porém o cidadão que pouco lê e escreve, mas que é bem intencionado e possui residência fixa, não precisa de papel. Os olhos dos outros podem dizer, qual é a sua capacidade, a sua postura, a sua idoneidade moral.

Parece-nos que nesses casos existiram alguns excessos, e é preciso entendermos, que só existe ricos, porque têm pobres. E é o pobre quem planta banana, feijão, arroz, milho e melancia. E até hoje o nosso Estado ainda não encontrou o caminho para políticas públicas, a fim de que sejam alcançados esses objetivos. Estamos tentando fazer com que, ao invés de favorecer ao supermercado A ou B ou armazém X, os quais vendem charques estragados para as escolas no Alto do Juruá, que sejam comprados produtos produzidos no Acre. Tem que existir políticas públicas para acabar com essa história, que lá em Cruzeiro do Sul, um quilo de tomate chega a ser vendido por R\$ 6,00 (seis reais), enquanto que no solo acreano pode ser cultivado esse legume.

Vou concluir, Senhor Presidente, dizendo que nós temos alguns cartéis e que o nosso dever como socialistas, é defender os humildes e excluídos. Queremos que o Governo convide as autoridades e que encontremos uma solução. Quero dizer que essas pessoas do Município de Eptaciolândia querem apenas plantar milho, arroz e feijão para o sustento de sua família.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores da Imprensa, hoje, dois Deputados, um da Situação e outro da Oposição estavam defendendo, junto comigo, a agricultura do nosso Estado. Isso é bom demais. Tomara que outros Deputados da Situação se engajem nessa luta.

Senhor Presidente, concordo com o Deputado Chagas Romão, pois já era para o Governo estar com esse programa implantado, para que os produtores rurais já estivessem fazendo as suas plantações. Todavia, eles ainda não têm as sementes. Aí quando o Deputado Chagas Romão chega aqui e fala que não existe semente é porque não existe mesmo. Já procurei na Secretaria de Agricultura, nos armazéns e não tem semente alguma.

Tem um amigo nosso, ali da 6 de Agosto, que mandou comprar fora, daqui, Deputado Chagas Romão, sementes de feijão, arroz e milho, a um preço alto. O Governador deveria seguir esse exemplo, ainda há tempo.

Senhor Presidente, eu moro no bairro 6 de agosto, desde os quatro anos de idade. E mesmo esse bairro sendo perto do centro da cidade, a violência é assustadora, agora imagine lá no Chico Mendes, no Vitória, no São Francisco. É uma coisa de louco.

Eu tenho uma chácara ali no Quixadá e vinha de lá, ontem, e eu fiquei assustado. Sou um cara meio destemido, meu pai dizia para eu correr só quando visse o bicho; com sombra não precisava correr. Na ponte, Deputado Chagas Romão, tinha mais de vinte adolescentes e adultos consumindo drogas. Pararam o meu carro, então pensei: agora eu estou perdido, pois estava sozinho. Mas teve um bandido, Deputado Chagas Romão, que me conhecia, então não fizeram nada.

Eu fico olhando da minha casa para o Parque Chico Mendes e é triste ver, à noite, vários jovens trocando cigarros e não aparece nenhum policial. Estou citando o nome desses locais, para que a polícia faça uma ronda. O Parque Chico Mendes é um local de lazer. Então, que o Prefeito ou o Governador coloquem ali policiais para inibir essas ações.

(Sem revisão do orador)

ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 7/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei n. 1.513, de 11 de novembro de 2003”.

Em discussão, não houve oradores.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Suspendemos o processo de votação, por três minutos, para que a bancada de Oposição possa entrar em entendimento. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

Em votação, os Deputados que forem a favor, permaneçam sentados; os contrários, fiquem de pé. Aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 8/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 33/2007, de autoria do Deputado Donald Fernandes, “Solicitando que seja encaminhado expediente ao Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, solicitando detalhes dos Projetos de Reflorestamento do Estado do Acre de 1999 a 2006”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 17 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 31/2007, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que seja encaminhado expediente à Defensoria Pública do Estado, pedindo que seja procedida a defesa judicial dos Policiais Militares que tenham ações a responder na Justiça, desde que essas ações decorram de atividades militares”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 32/2007, de autoria do Deputado Moisés Diniz, “Solicitando que seja encaminhada Moção de Protesto ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela soltura dos três Desembargadores e um Procurador-Regional da República, presos pela Operação Furacão da Polícia Federal”.

Em discussão, usou da palavra:

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece ser uma coisa muito simples, mas estamos votando um Requerimento em que o Poder Legislativo do Estado do Acre vai aprovar ou não uma Moção de Protesto ao Supremo Tribunal Federal.

Entendo perfeitamente a indignação do Deputado Moisés Diniz. E eu estou também tão indignado quanto ele, com relação a corrupção e a esses desmandos, envolvendo membros da Justiça

brasileira. Todavia, nós haveremos de considerar que a suprema Corte deste País é o equilíbrio entre os poderes. Não creio e não quero acreditar que o Supremo Tribunal Federal tenha determinado a soltura desses desembargadores, com a finalidade de protegê-los ou resguardá-los de alguma ação penal, jurídica ou criminal. Acredito que a soltura desses Desembargadores tenha sido realizada através dos trâmites legais, em cumprimento da Lei. Vou votar contra, para manter a coerência do meu voto.

Nós votamos um requerimento, solicitando à Defensoria Pública que garanta assistência jurídica aos policiais envolvidos em algum tipo de crime. Ora, se de um lado defendemos que a justiça funcione para uns, portanto, não podemos, no mesmo tempo, dizer que a Justiça não deve funcionar para os outros. Além disso, acredito no Supremo Tribunal Federal e não quero que chegue uma Moção de Protesto a mais alta Corte deste país, enviada pelos Parlamentares acreanos, dizendo que ela promoveu a soltura de três Desembargadores. Foi essa Corte que autorizou a permanência na cadeia de mais de 20 pessoas, inclusive alguns Desembargadores. Eles certamente foram liberados, ainda que temporariamente, baseados em pressupostos legais.

Compreendo a indignação do Deputado Moisés Diniz, mas não me sinto a vontade para votar a favor de uma Moção de Protesto ao Supremo Tribunal Federal, porque, agindo assim, estaria contrariando as minhas convicções. Eu ainda acredito na suprema Corte deste país. Até conversei com o Deputado Moisés Diniz pedindo que retirasse o Requerimento para maiores discussões, pois apressadamente, não posso votar a favor. Pode parecer um ato simples, mas a Assembléia Legislativa, aprovando esse Requerimento, terá a obrigação Regimental e Constitucional de encaminhar esta Moção de Protesto ao Supremo Tribunal Federal, e ela será considerada lida e conhecida dos Ministros do Supremo. Não me sinto à vontade para votar a favor de uma Moção de Protesto a uma corte que, salvo melhor juízo, e outras interpretações, ainda é a garantia do equilíbrio entre todos os Poderes.

(Sem revisão do orador)

Encerrada a discussão.

Em votação, foi aprovado por 14 votos a favor e 3 contra, dos Deputados Chagas Romão, Luiz Calixto e Luiz Gonzaga.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Convocamos os membros da Mesa Diretora e os líderes de Partidos, para uma reunião no plenário da Casa.

Deputado **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Presidente Edvaldo Magalhães, é importante esta Carta que trata da PEC-54, mas é importante também que a Mesa Diretora, um nome de todos os Parlamentares, apresente o seu posicionamento. Eu tenho certeza que todos os Deputados são favoráveis a essa PEC. Eu acho que além do parecer do Judiciário, do Executivo, o Poder Legislativo poderia também apresentar o seu posicionamento. Então, eu queria que a Mesa visse um jeito de mandar para o Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara Federal, uma Carta se posicionando a favor da PEC-54. Eu tenho certeza que todos os Deputados concordam com essa sugestão.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Solicitamos à assessoria da Mesa que remeta a Carta do Governador, acompanhada de um documento com posicionamento favorável da Mesa e dos demais Parlamentares desta Casa.

Suspendemos a Sessão, para que possamos tratar da nossa pauta de discussão e votação da semana.

Reabertos os trabalhos, não havendo oradores inscritos na Explicação Pessoal, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Francisco Cartaxo PT
Vice-Presidente: Moisés Diniz BPR
Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
 Delorgem Campos PSB
 Luiz Calixto PDT

Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
 Naluh Gouveia PT
 Helder Paiva BPR
 Walter Prado PSB
 Chagas Romão PMDB
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Delorgem Campos PSB
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga PT
Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
 Helder Paiva BPR
 Chagas Romão PMDB

Suplentes:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
 Perpétua de Sá PT
 Moisés Diniz BPR
 Walter Prado PSB
 Luiz Calixto PDT
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nogueira Lima PFL
Vice-Presidente: Deputado Taumaturgo Lima PT
Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
 Moisés Diniz BPR
 Donald Fernandes PSDB

Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
 Naluh Gouveia PT
 Helder Paiva BPR
 Antônia Sales PMDB
 Luiz Gonzaga PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Vice-Presidente: Deputado José Carlos PTN
Titulares:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
 Mazinho Serafim PT
 José Luís PMN

Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
 Francisco Viga PT
 Nogueira Lima PFL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO,

UÁRIA,
MBIENTE

B

PT
BPR
PMDB
PTN
PSDB

Suplentes: Donald Fernandes PSDB
Deputados:

Perpétua de Sá PT
 Helder Paiva BPR
 Nogueira Lima PFL
 Gilberto Diniz PT do B
 Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Antônia Sales PMDB
Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR
 Maria Antônia P
 Luiz Gonzaga PSDB

Suplentes:
Deputados: Perpétua de Sá PT
 Helder Paiva BPR
 Walter Prado PSB
 Luiz Calixto PDT
 Donald Fernandes PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Helder Paiva BPR
Vice-Presidente: Deputada Perpétua de Sá PT
Titulares:
Deputados: Idalina Onofre PPS
 José Carlos PTN
 Nogueira Lima PFL

Suplentes:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
 Chagas Romão PMDB
 Moisés Diniz BPR
 José Luís PMN
 Luiz Calixto PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Walter Prado PSB
Vice-Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Titulares:
Deputados: Francisco Viga PT
 Nogueira Lima PFL
 Maria Antônia P

Suplentes:
Deputados: Mazinho Serafim PT
 Delorgem Campos PSB
 Moisés Diniz BPR
 Taumaturgo Lima PT
 Francisco Cartaxo PT

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputado José Luís PMN
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão PMDB
Titulares:
Deputados: Francisco Cartaxo PT
 Helder Paiva BPR
 Delorgem Campos PSB

Suplentes:
Deputados: Naluh Gouveia PT
 Moisés Diniz BPR
 Walter Prado PSB
 Idalina Onofre PPS
 Gilberto Diniz PT do B

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Solônidas Nascimento Maia

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coelho de Farias

Inscrição DRT/AC/N°. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.